

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CONTRATO Nº 20200370

O Município de ITAITUBA, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato denominado CONTRATANTE, localizado na ROD TRANSAMAZONICA SN, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 25.317.772/0001-82, representado pelo Sr. AMILTON TEIXEIRA PINHO, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, residente na AV ANTÃO FERREIRA VALE 61 B, portador do CPF nº 586.519.772-04 e, de outro lado C M SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ(MF) CNPJ 04.252.529/0001-53, estabelecida na TRAVESSA JUSTO CHERMONT, S/N, BELA VISTA, Itaituba-PA, CEP 68180-620, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por NEY MENDES DOS SANTOS, residente na TRAVESSA JUSTO CHERMONT, 875, BELA VISTA, Itaituba-PA, CEP 68180-620, portador(a) do CPF 426.835.482-49, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Contrato, de conformidade com a CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto a Contratação de empresa para construção de escolas municipais, para atender a demanda do Fundo Municipal de Educação., de acordo com projeto(s) anexo(s) no procedimento licitatório.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
053720	CONSTRUÇÃO DA E.M.E.F. PANTANAL DE AREIA Muro, 01 Sala de Aula, 02 Banheiros, 01 Hall de Acesso, 01 Sala Administração, 01 Secretaria, 01 Cozinha, 01 Depósito.	SERVIÇO	1,00	292.368,100	292.368,10
053724	CONSTRUÇÃO DA E.M.E.F. SANTA RITA Muro, 01 Sala de Aula, 02 Banheiros, 01 Hall de Acesso, 01 Sala Administração, 01 Secretaria, 01 Cozinha, 01 Depósito.	SERVIÇO	1,00	292.368,100	292.368,10
				VALOR GLOBAL R\$	584.736,20

CLÁUSULA SEGUNDA - DA(S) OBRAS) A SER(EM) CONTRATADA(S)

1. A(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ora contratada(s), compreende(m) as especificações do Pr ojecto Básico da Obra em anexo ao edital da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP e no que consta na proposta de preços da CONTRATADA, partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

1. O valor total deste Contrato é de R\$ 584.736,20 (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte centavos), discriminado de acordo com a(s) planilha(s) integrante(s) da(s) proposta(s) de preços e o cronograma (s) físico-financeiro(s) apresentados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA(S) OBRA(S)

ROD. TRANSAMAZONICA C/ 10ª RUA ANEXO AO GINASIO MUN



1. A(s) Obra(s) deverá(ão) ser executadas no prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado nas condições dos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

1.1. O prazo para início da(s) Obra(s) será de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE.

2. O prazo de garantia da(s) Obra(s) deverá ser de 5 (cinco) anos, contados do Termo de Recebimento Definitivo a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP.

2. A(s) Obra(s) objeto deste Contrato fora(m) adjudicada(s) em favor da CONTRATADA, conforme despacho exarado no processo licitatório CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP, tomando como base o disposto no artigo 45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

1. Será exigida da CONTRATADA para assinatura do contrato, a apresentação ao CONTRATANTE do comprovante de prestação de garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor global de sua proposta, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

1.1.1. a garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada em caderneta de poupança em favor do CONTRATANTE;

1.2. seguro-garantia;

1.3. fiança bancária.

2. No caso de rescisão deste Contrato, por culpa da CONTRATADA, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos causados ao CONTRATANTE, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.



CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

1. A vigência deste Contrato terá início em 26 de Novembro de 2020 e o término em 26 de Maio de 2021, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1. permitir o livre acesso dos empregados e equipamentos da construção civil da CONTRATADA ao(s) local(is) da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

1.2. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto ou responsável técnico da CONTRATADA;

1.3. acompanhar e fiscalizar o andamento da(s) Obra(s) por intermédio da Comissão para tanto formalmente designada;

1.4. autorizar quaisquer serviços pertinentes ao objeto deste contrato, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado pelo CONTRATANTE, desde que comprovada a necessidade deles;

1.5. rejeitar qualquer serviço executado na(s) Obra(s) equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo CONTRATANTE ou com as especificações constantes dos Anexos do Edital da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP;

1.6. solicitar que seja refeito os serviços na(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO onde, por ventura, não tenha ficado de acordo com as especificações constantes dos Anexos do Edital da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP;

1.7. atestar as nota fiscal/faturas correspondente e fiscalizar a execução da(s) Obra(s), por intermédio de servidor do CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA, além dos encargos previstos nos Anexos do Edital da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP:

1.1. ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, objeto deste contrato, tais como:

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

1.2. manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

1.3. manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4. responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em razão da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

1.5. responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a(s) Obra(s) para construção de escolas municipais;

1.6. arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ou no recinto do CONTRATANTE;

1.7. assumir inteira e total responsabilidade pela obra de conclusão da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pela resistência e estabilidade de todas as estruturas da(s) obra(s) a executar;

1.8. verificar e analisar todos os detalhes do projeto fornecido para execução da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita ao CONTRATANTE, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da(s) obra(s);

1.9. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços na (s) obra(s) efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;

1.10. providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

1.11. fornecer instalações adequadas para a fiscalização da execução da(s) Obra(s) para construção de

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

1.12. instalar placa de identificação da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

1.13. remover o entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do(s) local(is) da(s) Obra(s) durante todo o(s) período(s) de execução e, especialmente, ao seu final;

1.14. prestar garantia em relação a conclusão da(s) Obra(s) exigida no presente Contrato, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

1.15. permitir, aos técnicos do CONTRATANTE e àqueles por ele formalmente indicados, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto deste Contrato;

1.16. comunicar à Administração do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

1.17. responsabilizar-se pela(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, bem como pela operação, manutenção e segurança do canteiro de serviços, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas Especificações Técnicas constantes do Edital da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP;

1.18. responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de equipamentos e materiais da(s) Obra(s) rejeitados pelo CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

1.19. responsabilizar-se por todo transporte necessário à execução da(s) Obra(s) contratadas, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;

1.20. caso necessário, providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas constantes do Edital da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP, sempre que a fiscalização do CONTRATANTE julgar necessário;

1.21. exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART da(s) obra(s) a ser(em) realizada(s), apresentando-a a Unidade de fiscalização do CONTRATANTE, quando solicitado;

1.22. responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento da(s) Obra(s) contratada(s), obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

1.23. submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora do CONTRATANTE, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

1.24. garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todas a(s) obra(s) executada(s), contados a partir da data



da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

1.25. durante o período de garantia de que tratam os itens 1.24 e desta Cláusula, a CONTRATADA deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo CONTRATANTE, atender aos chamados do CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

1.26. manter, durante a(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP;

1.27. conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos Órgãos de Controle Interno e Externo, em consonância com o Art. 43 da Portaria Interministerial 424/2018.

2. Caberá, ainda, à CONTRATADA, como parte de suas obrigações:

2.1. efetuar o registro deste Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

2.2. indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

2.3. remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no(s) local(is) da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; e

2.4. cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

1.2. assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da(s) Obra(s) ou em conexão com ela(s), ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução da(s) Obra(s), originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

1.4. assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto



deste Contrato, razão pela qual CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1. é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

1.2. é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

1.3. é vedada a subcontratação total da(s) Obra(s) objeto deste Contrato;

1.3.1. a subcontratação parcial da(s) Obra(s) só será admitida se previamente autorizada pela Administração do CONTRATANTE.

1.4. quando convocada oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar o contrato digital e físico, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

1.5. o prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de ITAITUBA;

1.6. é facultado ao MUNICÍPIO de ITAITUBA, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta CONCORRÊNCIA, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

1.7. a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas;

1.8. o disposto no subitem anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DAS OBRAS(S)

1. Caberá à CONTRATADA providenciar, junto ao CREA/CAU, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica ART relativa a(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL



DE EDUCAÇÃO, objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

2. O responsável técnico pela execução da(s) Obra(s) objeto deste Contrato, deverá ter vínculo formal com a CONTRATADA e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório da CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante o período de vigência deste Contrato, a(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, será(ão) acompanhada(s) e fiscalizada(s) por Comissão do CONTRATANTE, para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

1.1. promover as avaliações das etapas executadas, observando o disposto no(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s); e

1.2. atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos deste Contrato, para efeito de pagamento.

2. Além do acompanhamento e da fiscalização da(s) Obra(s), o Titular do CONTRATANTE ou outro servidor devidamente autorizado poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

3. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

4. A CONTRATADA deverá manter no(s) local(is) da(s) Obra(s), durante a sua execução, 01 (um) engenheiro inscrito no CREA/CRAU e aceito pela Administração do CONTRATANTE, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, para representá-la sempre que for necessário.

5. O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a(s) Obra(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DA(S) OBRA(S)

1. Após concluído, o objeto deste contrato será recebido provisoriamente pela Administração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação escrita encaminhada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

2. O recebimento definitivo do objeto deste contrato será efetuado por Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, necessário à observação, ou à vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais,



observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

3. A execução da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, somente será(ão) considerada(s) concluída(s), após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ATESTAÇÃO DA(S) OBRA(S)

1. A atestação das notas fiscais/faturas referente às etapas da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, objeto deste Contrato caberá ao CONTRATANTE ou a servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DESPESA

1. A despesa com a execução da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, objeto deste Contrato, mediante a emissão de notas de empenho, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2020 Projeto 0909.123610401.1.008 Construção Escolas Fundamental na Zona Rural e Comunidades Indígenas, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

1.1. A despesa para os anos subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE na Lei Orçamentária do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PAGAMENTO

1. Obedecido ao prazo previsto no(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s) apresentado, a CONTRATADA solicitará ao CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados; após apresentará nota fiscal/fatura da(s) Obra(s) executada(s) para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao credor no prazo de 22 (vinte e dois) dias contados da apresentação dos documentos no CONTRATANTE.

1.1. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente resultantes das medições aprovada pela fiscalização.

1.2. As medições serão efetuadas pela fiscalização, obedecendo-se o seguinte:

1.2.1. mensalmente, em cumprimento ao(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s), quando serão feitas as medições pela Comissão fiscalizadora do CONTRATANTE, considerando-se a(s) Obra(s) executada(s) e por ele aprovada(s), tomando por base as especificações do(s) projeto(s);

1.2.2. serão emitidos os Boletins de Medição da(s) Obra(s) executada(s), em duas vias, que deverão ser assinadas com o acordo do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias;

1.2.3. as medições deverão ser solicitadas pela CONTRATADA até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente e a fiscalização terá 02 (dois) dias úteis para executar a medição.

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



1.3. A critério da fiscalização e no exclusivo interesse do CONTRATANTE, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro da(s) Obra(s). Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela CONTRATADA.

1.3.1. Entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela CONTRATADA na CONCORRÊNCIA nº 004/2020-CP, menos o BDI contratual.

1.3.2. O BDI relativo aos materiais e equipamentos, bem, ainda, a parcela da(s) Obra(s) relativa(s) à mão-de-obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos serviços.

1.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para fins de liquidação e pagamento, até o dia 22 (vinte e dois) do mês subsequente ao da conclusão da(s) Obra(s), de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, artigo 30, da Lei nº 8.212/91.

1.4.1. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item anterior será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

1.5. O pagamento mensal da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, e verificação da regularidade da CONTRATADA junto à Receita Federal, Estadual, Municipal e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF.

2. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer, se acompanhada dos comprovantes dos seguintes documentos:

2.1. registro da obra no CREA;

2.2. matrícula da obra no INSS; e

2.3. relação dos Empregados - RE.

3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da(s) Obra(s), os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamentos ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

4. O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste Contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade ao CONTRATANTE.

6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a



data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = taxa de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.1. A compensação financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas a este Contrato.

2. O CONTRATANTE poderá alterar unilateralmente este contrato nos seguintes casos:

2.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e

2.2. quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DA(S) OBRA(S)

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

1.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor contratado.



1.2. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula.

1.3. Nenhuma supressão poderá exceder 25% do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes do acordo celebrado entre as partes.

2. Em caso de supressão da(s) Obra(s) para construção de escolas municipais, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

1. O atraso injustificado na execução da(s) Obra(s) ou o descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência sobre o valor total deste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, uma vez comunicada oficialmente.

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, ao CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1. advertência;

2.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução deste Contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

2.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas no item anterior:

3.1. pela não apresentação da apólice de seguro contra riscos de engenharia, conforme disposto na Cláusula Sexta;

3.2. pelo atraso da(s) Obra(s) em relação ao prazo proposto e aceito;

3.3. pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s);

3.4. pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da(s) Obra(s) que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto



estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição;

3.5. pela recusa em refazer qualquer execução da(s) Obra(s) que vier a ser rejeitada(s), caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição;

3.6. pelo descumprimento de alguma das Cláusulas e dos prazos estipulados neste Contrato e em sua proposta.

4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

5. Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 3 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2. A rescisão deste Contrato poderá ser:

2.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; e

2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



1. As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do Edital da CONCORRÊNCIA n° 004/2020-CP, serão resolvidas pelo CONTRATANTE.
2. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão -de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a(s) obra(s) constante(s) nas Especificações.
3. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente a(s) obra(s) programadas nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E Á PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este Contrato fica vinculado aos termos da CONCORRÊNCIA n.º 004/2020-CP, cuja realização decorre da autorização do CONTRATANTE, constante do processo licitatório n.º 004/2020-CP, e aos termos das propostas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas na Comarca do Município de ITAITUBA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.
2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

ITAITUBA-PA, em 26 de Novembro de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ(MF) 25.317.772/0001-82
CONTRATANTE

C M SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA
CNPJ 04.252.529/0001-53
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____